



MANIFESTO POR
UM NOVO CICLO DE
TRANSFORMAÇÕES
NO BRASIL



O Brasil atravessa mais um momento decisivo de sua história. Depois de anos de destruição institucional, retirada de direitos, submissão internacional e ataques à educação, à ciência, à cultura e aos direitos, o povo brasileiro derrotou nas urnas, em 2022, um projeto autoritário e recolocou o país no caminho da democracia e da reconstrução nacional.

Sob a liderança do presidente Lula, a frente ampla democrática interrompeu a escalada autoritária, retomou políticas sociais, recuperou instrumentos de participação popular, restabeleceu a valorização do salário \

mínimo, reconstruiu as capacidades do Estado e reposicionou o Brasil no cenário internacional.

Entretanto, o sistema financeiro continua apropriando-se de grande parcela da riqueza produzida pelo trabalho. A terra, a renda, a comunicação e o poder político seguem concentrados. A desindustrialização limita a geração de empregos qualificados, enquanto milhões de brasileiros seguem na informalidade, com baixos salários e jornadas exaustivas.

O próximo governo democrático e popular deve inaugurar um novo ciclo



de transformações, para além das estruturas existentes. É necessário enfrentar os privilégios que organizam a sociedade e construir bases para um projeto nacional de desenvolvimento, soberano e com justiça social.

O povo no orçamento

A política econômica deve estar comprometida com o crescimento, o pleno emprego, a distribuição de renda e a redução das desigualdades. É preciso recuperar uma visão de conjunto, em que as políticas monetárias, fiscais, cambiais, industriais e sociais atuem de forma articulada em torno de objetivos nacionais.

A estabilidade macroeconômica deve caminhar junto com o desenvolvimento de longo prazo, compreendendo os direitos sociais não apenas como garantias fundamentais, mas também como investimentos estratégicos.

Para isso, é fundamental que o governo recupere o controle sobre o Banco Central, amplie a fiscalização sobre bancos e fintechs e enfrente as privatizações que condicionam políticas públicas. Não há

desenvolvimento com juros elevados, investimento público comprimido e grande parcela do orçamento destinada ao sistema financeiro.

O Brasil precisa reconstruir uma governança nacional do desenvolvimento, fortalecendo o papel do Estado como planejador, coordenador, investidor e indutor, em constante articulação com trabalhadores, setor produtivo, universidades, empresas públicas e instituições de ciência e tecnologia.

Órgãos como o BNDES, Finep, bancos públicos, empresas estatais e ministérios setoriais devem atuar de forma coordenada em torno de missões nacionais, garantindo financiamento, infraestrutura, inovação e capacidade produtiva.

Democratizar as decisões econômicas também significa ampliar a participação da sociedade, dos trabalhadores, das pequenas empresas, da produção e da universidade nos espaços de formulação da política econômica.



Os super-ricos no imposto

A justiça tributária precisa ter como objetivo financiar direitos, fortalecer o mercado interno, reduzir a concentração de renda, e garantir o retorno das riquezas extraídas para a população. É necessário avançar na tributação dos super-ricos, dos lucros e dividendos, das grandes heranças, do agronegócio, dos agrotóxicos e dos ganhos do capital financeiro.

Bancos, casas de apostas, grandes plataformas digitais e setores que obtêm lucros extraordinários devem contribuir de maneira proporcional à riqueza que concentram. Além disso, é indispensável rever desonerações e benefícios fiscais concedidos sem contrapartidas sociais, produtivas, trabalhistas ou ambientais.

Reindustrialização e soberania nacional

Uma política de reindustrialização eficaz é essencial para a saída do Brasil da condição de exportador de matéria-prima, ao gerar empregos e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico no país.

O Estado deve recuperar sua capacidade de planejar e induzir o desenvolvimento, com atuação articulada das empresas estatais e redes nacionais em prol da ciência e tecnologia. Para isso, é preciso reestatizar as empresas estratégicas privatizadas, como Petrobras Distribuidora, Eletrobras, Vale e EMBRAER.

Essa estratégia exige soberania sobre minerais críticos e terras raras e uma política de reindustrialização capaz de reduzir dependências estratégicas e ampliar as capacidades tecnológicas do país. Para isso, defendemos a criação da Terrabrás, empresa estatal dedicada à pesquisa, exploração, beneficiamento, refino e desenvolvimento tecnológico dessa cadeia, assegurando que essas riquezas naturais contribuam para o desenvolvimento nacional.

Minerais críticos, terras raras, semicondutores, energia, infraestrutura digital, medicamentos e equipamentos essenciais devem integrar uma política de segurança econômica e tecnológica. A exploração desses recursos deve priorizar o beneficiamento no território nacional,



a transferência de tecnologia, a proteção ambiental e a geração de empregos qualificados.

A renda obtida deve financiar ciência, tecnologia, educação, inovação, infraestrutura e desenvolvimento regional, transformando riquezas naturais finitas em conhecimento, capacidades produtivas e direitos permanentes para a população.

A soberania nacional também é soberania digital. Dados públicos, sistemas de inteligência artificial, infraestrutura de computação e tecnologias estratégicas não podem ficar subordinados a empresas ou jurisdições estrangeiras.

O Brasil precisa contar com uma infraestrutura pública e segura para dados críticos, que estimule o desenvolvimento de semicondutores, centros de processamento, satélites, software público e inteligência artificial desenvolvida em território nacional.

Isso inclui o uso estratégico da inteligência artificial a serviço do desenvolvimento e dos direitos, garantindo transparência, proteção de dados, supervisão humana e controle democrático. A soberania

tecnológica é condição para podermos cooperar internacionalmente com maior autonomia e nos transformarmos também em produtores e exportadores de conhecimento e soluções tecnológicas.

Essa estratégia exige a integração dos instrumentos de financiamento e inovação do Estado às universidades, institutos federais e empresas nacionais, construindo cadeias produtivas completas e capacidade tecnológica própria. O desenvolvimento de plantas-piloto, laboratórios, infraestrutura de pesquisa e formação de profissionais deve fazer parte de missões nacionais de desenvolvimento.

Reforma Agrária Popular e soberania alimentar

O modelo do agronegócio, das mineradoras e do capital financeiro, que domina parte do Congresso e a mídia, é predatório, envenena com agrotóxicos, destrói biomas e criminaliza quem luta pela terra. Essa agenda entreguista serve ao imperialismo e aprofunda a desigualdade, enquanto a extrema-



direita neofascista se alimenta desses privilégios para bloquear qualquer mudança estrutural.

O próximo governo democrático e popular precisa romper com essa lógica. Fortalecer a massificação da agroecologia, das cooperativas e das agroindústrias camponesas. Defendemos a desapropriação dos latifúndios improdutivos, terras de crimes ambientais, de trabalho análogo à escravidão e as terras devolutas para assentar as famílias acampadas.

Além do acesso e ampliação de orçamento para o PRONAF, garantindo alimentos saudáveis na merenda escolar e nas cozinhas comunitárias. É urgente taxar o agronegócio, revogar a Lei Kandir e assegurar controle popular sobre minerais e energias, além de demarcar os territórios indígenas e quilombolas.

A soberania alimentar deve integrar-se a uma estratégia mais ampla de desenvolvimento territorial. A agricultura familiar, camponesa e agroecológica, além de produzir alimentos saudáveis, pode constituir uma base para novas cadeias produtivas, geração de renda, inovação e desenvolvimento regional.

O fortalecimento das cooperativas e agroindústrias camponesas deve estar acompanhado de acesso a crédito, tecnologia, infraestrutura, assistência técnica e mercados públicos, articulando a produção de alimentos às políticas de segurança alimentar, educação, saúde e desenvolvimento local.

A Reforma Agrária Popular é parte indissociável da luta por soberania nacional, justiça social e vida digna para os trabalhadores do campo e da cidade — conectando a produção de alimentos à transformação social e cultural, à reparação histórica pela terra e à construção de um projeto verdadeiramente popular para o Brasil.

É preciso enfrentar o avanço das fronteiras agrícolas, garantir desmatamento zero e construir uma integração entre a conservação dos bens comuns, como a água, os biomas, as sementes e a biodiversidade, e um projeto de desenvolvimento agroecológico.



Trabalho digno, qualidade de vida e tempo para viver

O desenvolvimento precisa transformar, de forma concreta, a vida de quem trabalha e deve ser medido também pela capacidade de ampliar o tempo livre, a segurança econômica e a autonomia.

A redução da jornada de trabalho sem redução salarial com o fim da escala 6x1, a valorização dos salários e o fortalecimento das organizações sindicais precisam estar associados a uma política de aumento da produtividade baseada em investimento, inovação e qualificação, e não na intensificação da exploração do trabalho.

É necessário enfrentar a precarização, o trabalho intermitente, regulamentar o trabalho por aplicativo e revisar a reforma trabalhista e previdenciária que retirou direitos. Deve-se contribuir e impulsionar formas de trabalho cooperado e autogerido pelas trabalhadoras e trabalhadores.

É necessário ampliar políticas de coletivização do trabalho doméstico e dos cuidados, como creches de

período integral, lavanderias coletivas, cozinhas e restaurantes comunitários, bem como redes de apoio e cuidado de crianças e idosos.

Acesso à moradia, mobilidade com tarifa zero nos transportes e negociação substancial ou perdão das dívidas do povo brasileiro são políticas essenciais para a melhoria de vida da classe trabalhadora.

O objetivo de um novo ciclo de desenvolvimento não pode ser apenas produzir mais riqueza, mas fazer com que os ganhos de produtividade sejam apropriados pela sociedade na forma de melhores salários, mais direitos, menor jornada e maior qualidade de vida.

A educação no centro do projeto de desenvolvimento

Não haverá soberania econômica sem soberania educacional, científica e tecnológica. Defendemos o cumprimento da meta de investimento de 10% do PIB na educação pública, o financiamento estável das universidades e dos institutos federais e a ampliação dos recursos para ciência, tecnologia e inovação.



A formação profissional deve formar trabalhadores capazes de participar de uma economia mais produtiva, tecnológica e soberana. Escolas técnicas, institutos federais, universidades e centros de pesquisa devem ser integrados para responder aos desafios do desenvolvimento nacional, aproximando formação, pesquisa, extensão e transformação produtiva.

É preciso impedir o fechamento de escolas e fortalecer a Educação do Campo, ampliar e investir mais em políticas estruturantes para o ensino superior da população do campo, das águas e das florestas, como o PRONERA.

Combater a militarização das escolas. Também é necessário avançar na vinculação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e os desafios do desenvolvimento nacional, aproximando a universidade das lutas do povo e criando laços com o movimento social organizado.

A permanência estudantil deve ser consolidada como política de Estado, com financiamento permanente e articulação nacional de políticas de alimentação, moradia, transporte,

inclusão digital, acessibilidade, apoio pedagógico e cuidado. Entrar na universidade não basta: é preciso assegurar condições materiais para permanecer, aprender e concluir.

Restaurantes universitários, moradias estudantis, bolsas de permanência e políticas específicas para estudantes trabalhadores, mães, estudantes do campo, indígenas, quilombolas e outros grupos historicamente excluídos devem ser compreendidos como instrumentos de democratização efetiva da educação brasileira.

A educação superior e a ciência também precisam enfrentar a mercantilização e a precarização. A expansão do ensino privado deve ser acompanhada de regulação pública rigorosa, garantia de qualidade e responsabilidade social. Ao mesmo tempo, é necessário ampliar o financiamento para pesquisas, valorizar as bolsas de mestrado e doutorado e reconhecer a formação de pesquisadores como investimento estratégico.

A soberania científica depende de uma juventude pesquisadora com condições de desenvolver sua



trajetória no país e de uma rede pública de universidades, institutos e centros de pesquisa capaz de sustentar o novo ciclo de desenvolvimento.

Democratizar os meios de comunicação e a cultura

As big techs e o monopólio da mídia hegemônica são obstáculos para o exercício democrático e a soberania nacional. Defendemos meios de comunicação como instrumentos públicos, livres de interferências do interesse privado. O controle, distribuição e acesso aos meios de comunicação e equipamentos culturais devem ser direitos garantidos e não privilégios.

É preciso uma orientação para a produção e o domínio tecnológico, como a Inteligência Artificial, desvinculada das grandes empresas e orientada para um projeto nacional de acordo com as necessidades do povo brasileiro e a soberania de dados e informações. Para avançar na tecnologia, desenvolvimento e inovação, é necessário ampliar o acesso às infraestruturas que permitem conectividade, como

internet 5G em toda a área rural e periférica com qualidade e gratuidade.

A soberania digital deve caminhar junto com a democratização da comunicação. As grandes plataformas digitais concentram não apenas infraestrutura e dados, mas também capacidade de definir os fluxos de informação, publicidade e debate público.

É necessário construir regras democráticas de transparência e responsabilização, com obrigações proporcionais ao porte e aos riscos das plataformas, proteção dos usuários e mecanismos de controle público e social. A regulação deve proteger a liberdade de expressão e enfrentar a exploração abusiva de dados, a manipulação informacional, as fraudes e a concentração econômica.

A tecnologia precisa estar subordinada a um projeto democrático de sociedade. Na educação, na comunicação, na saúde, na Justiça e na administração pública, a inteligência artificial pode ampliar capacidades do Estado e melhorar serviços, mas não pode substituir direitos por decisões automatizadas nem produzir uma sociedade de



cidadãos submetidos a diferentes padrões de proteção. O Brasil deve desenvolver capacidade própria em inteligência artificial e, simultaneamente, estabelecer garantias democráticas para seu uso.

O Brasil não é cassino

A expansão das bets transformou o sofrimento e a vulnerabilidade de milhões de brasileiros em fonte de lucro para grandes empresas. O dinheiro que deveria garantir subsistência, cultura e dignidade tem sido drenado por plataformas que estimulam o endividamento e a dependência, atingindo especialmente os jovens e as famílias de menor renda.

Defendemos a proibição das apostas esportivas e dos jogos de azar on-line no Brasil, bem como de sua publicidade, patrocínio e promoção por influenciadores, clubes, eventos esportivos e meios de comunicação. Não se pode tratar como atividade econômica legítima um setor que lucra com o vício e a destruição da renda de seus usuários.

O povo no poder

A democracia brasileira não será plena enquanto o poder econômico exercer influência desproporcional sobre as eleições, o Congresso Nacional e as decisões dos governos. Mesmo com a proibição do financiamento empresarial direto, grandes interesses econômicos continuam interferindo nas eleições por meio de fortunas pessoais, redes privadas de arrecadação, estruturas de comunicação, plataformas digitais e campanhas de desinformação.

Defendemos uma reforma política democrática e popular que combata o abuso do poder econômico e amplie a representação popular, ampliando também os mecanismos de participação direta, como plebiscitos, referendos, conselhos e o orçamento participativo, de caráter vinculativo, ou seja, que contribua para a tomada de decisões. O atual modelo de emendas parlamentares merece revisão.

A democratização do Estado precisa alcançar também o sistema de Justiça. O acesso à Justiça não pode ser reduzido à possibilidade formal de ingressar em um tribunal: deve significar acesso efetivo a uma ordem



jurídica justa, com tutela adequada, tempestiva e capaz de proteger direitos.

A modernização do Judiciário e o uso de inteligência artificial podem contribuir para o aumento da eficiência, mas isso não pode significar flexibilização de garantias fundamentais. É necessário ampliar a presença da Defensoria Pública, especialmente nos territórios mais vulneráveis, fortalecer mecanismos de acesso à justiça e impedir que a tecnologia produza uma Justiça de duas velocidades, célere para os cidadãos mais pobres e garantista apenas para aqueles com maior capacidade econômica.

A democracia brasileira precisa completar sua transição histórica. O histórico autoritário do nosso passado demonstra os riscos da instrumentalização de instituições estatais e estruturas militarizadas para a perseguição política. É necessário fortalecer o Estado Democrático de Direito, limitar a competência da Justiça Militar ao seu domínio estritamente castrense, assegurar que crimes contra a ordem democrática não sejam objeto de

anistia e avançar na justiça de transição, na reparação às vítimas, na preservação da memória e no cumprimento das obrigações internacionais assumidas pelo Brasil.

Defender a democracia significa também construir instituições capazes de impedir que os mecanismos de exceção voltem a ser utilizados contra a sociedade.

Política externa soberana e multipolar

A soberania brasileira precisa ser compreendida como uma estratégia de desenvolvimento, e não como isolamento internacional. O Brasil deve exercer uma política externa ativa e autônoma, dialogando com todos, sem alinhamento automático com ninguém.

A integração sul-americana deve voltar a ocupar lugar central, especialmente nas áreas de energia, infraestrutura, indústria, fertilizantes, tecnologia e segurança de cadeias produtivas. BRICS, Mercosul, África e demais espaços de cooperação internacional devem ser utilizados para ampliar mercados, compartilhar tecnologia, fortalecer a capacidade



industrial e científica e construir alternativas diante das vulnerabilidades do sistema internacional.

O Brasil deve se comprometer com a integração e a cooperação com os países do Sul Global, em especial, da América Latina. Por isso, deve aprofundar os laços de solidariedade com Cuba e com a Venezuela, ao defender a autodeterminação dos povos e fortalecer o anti imperialismo no continente.

Uma política externa soberana deve estar articulada à política econômica e industrial. A abertura internacional não pode reforçar a reprimarização da economia nem aprofundar dependências tecnológicas.

Acordos comerciais devem preservar espaço para políticas industriais, ambientais e tecnológicas e permitir que o Brasil participe das novas cadeias globais de valor em condições mais favoráveis. A autonomia internacional será tanto maior quanto maior for nossa capacidade interna de produzir, inovar, financiar e dominar tecnologias estratégicas.

Um programa construído pelo povo

Nenhuma transformação estrutural será concedida espontaneamente pelos setores que se beneficiam da desigualdade, da concentração de riqueza e da dependência nacional. Este manifesto é um chamado à construção de um programa comum entre os movimentos populares e os setores comprometidos com o desenvolvimento soberano.

Defender a continuidade do projeto democrático liderado pelo presidente Lula é criar as condições para que o próximo governo possa avançar no enfrentamento dos interesses que historicamente bloqueiam as mudanças de que o Brasil precisa. A reconstrução nacional é indispensável. O próximo passo é abrir um novo ciclo de reformas estruturantes que façam avançar o desenvolvimento com dignidade e soberania.

O novo ciclo de reformas precisa, portanto, combinar democracia, desenvolvimento e soberania. Não se trata apenas de reconstruir o que foi destruído, mas de criar novas capacidades nacionais: uma economia



produtiva e inovadora, um Estado capaz de planejar e induzir o desenvolvimento, instituições democráticas protegidas contra a exceção, ciência e tecnologia como prioridades nacionais e uma sociedade em que os ganhos do desenvolvimento sejam convertidos em direitos, tempo livre e qualidade de vida.

É essa combinação que pode transformar a reconstrução nacional em um projeto democrático duradouro de desenvolvimento soberano e justiça social.